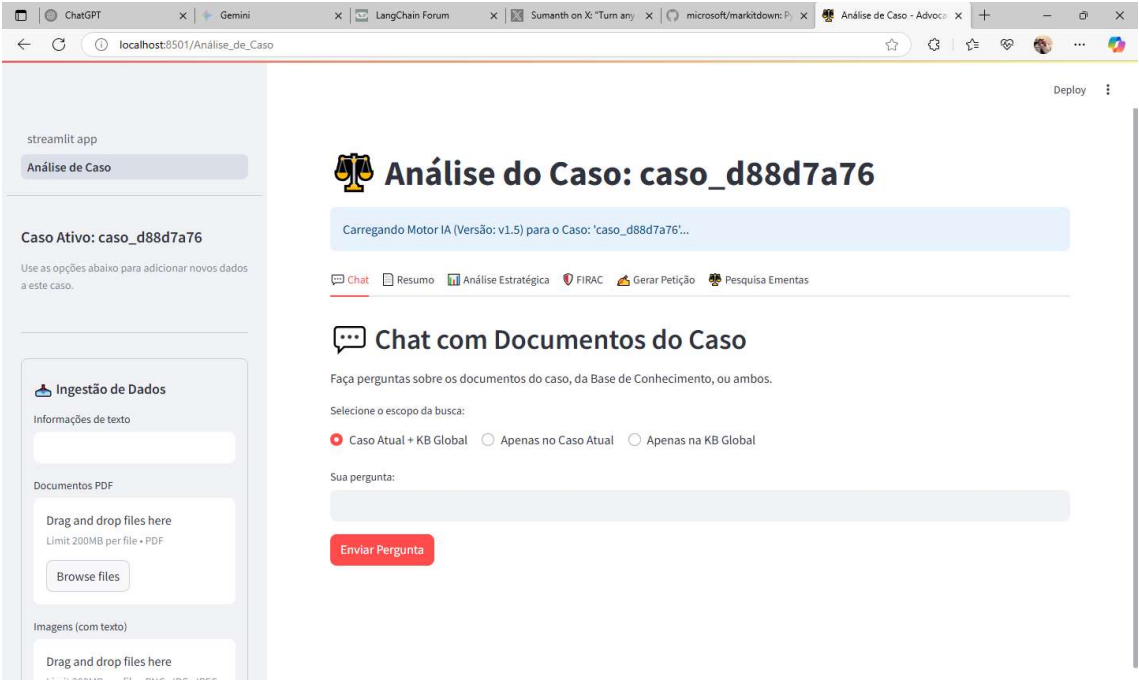
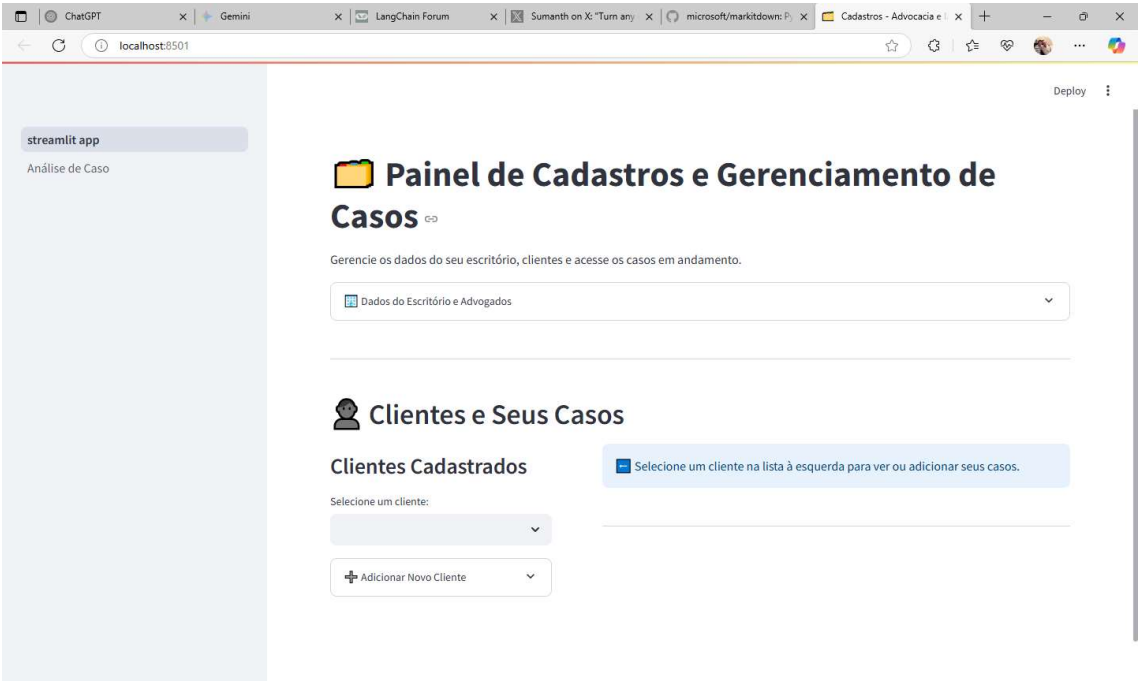


Advocacia e IA – Contencioso Jurídico



streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documents PDF

Imagens (com texto)

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso_d88d7a76'...

Chat

Resumo

Análise Estratégica

FIRAC

Gerar Petição

Pesquisa Ementas

Chat com Documentos do Caso

Faça perguntas sobre os documentos do caso, da Base de Conhecimento, ou ambos.

Selecione o escopo da busca:

Caso Atual + KB Global

Apenas no Caso Atual

Apenas na KB Global

Sua pergunta:

O que é tratado neste caso?

Enviar Pergunta

Resposta:

Neste caso, trata-se de uma ação declaratória de inexistência de débito em que a parte autora alega ter identificado depósitos não reconhecidos em seu extrato bancário, relacionados a um empréstimo consignado que ela afirma não ter contratado. A parte autora busca a declaração de nulidade do contrato, a restituição dos valores e a fixação de danos morais. No entanto, o tribunal decidiu que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem a indenização por dano moral.

Ver Documentos Fonte

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documents PDF

Imagens (com texto)

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso_d88d7a76'...

Chat

Resumo

Análise Estratégica

FIRAC

Gerar Petição

Pesquisa Ementas

Análise do Caso: caso_d88d7a76

Foco do resumo (opcional):

Resumo geral dos pontos chave do caso

Gerar Resumo do Caso

Resumo Gerado:

Os documentos analisados tratam de casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado. Em todos os casos, houve a negação de danos morais à parte autora, com restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante. As decisões foram baseadas no Código de Defesa do Consumidor e no entendimento de que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem indenização por danos morais. Em um dos casos, houve condenação por danos morais, mas a parte autora não conseguiu comprovar interesse de agir em relação à declaração de nulidade do contrato. Em todos os casos, a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais resultaria em multa, conforme previsto no Código de Processo Civil.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso_d88d7a76'...

ChatResumoAnálise EstratégicaFIRACGerar PetiçãoPesquisa Ementas

Análise Estratégica do Caso

Nome do Cliente

Nome da Parte Oponente

Identificar Riscos Legais

Sugerir Próximos Passos

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Identificar Riscos Legais

Riscos Identificados:

Análise do Caso

Com base nos documentos apresentados, o caso em questão trata de uma apelação cível envolvendo a parte apelante José Gaspar dos Santos Marques e a parte apelada Banco C6 Consignado S/A. A ação refere-se a uma ação declaratória de nulidade contratual cumulada com reparação de danos materiais e morais relacionados a um empréstimo consignado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu decisão negando provimento ao recurso da parte apelante, mantendo a sentença de improcedência em relação ao dano moral e extinção sem mérito em relação à declaração de nulidade do contrato. Foi destacado que a parte ré devolveu os valores descontados do benefício da autora, retornando as partes ao status quo ante praticamente um ano antes da distribuição do feito.

Além disso, foi ressaltado que não houve comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem a indenização por dano moral. Portanto, o recurso da parte autora foi considerado improvido.

Conclusão

Com base na decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, a análise do caso indica que a parte apelante não obteve sucesso em sua apelação, sendo mantida a sentença de improcedência em relação ao dano moral e extinção sem mérito em relação à declaração de nulidade do contrato. Dessa forma, é importante avaliar os próximos passos a serem tomados no caso, considerando as decisões judiciais já proferidas.

Sugerir Próximos Passos

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Sugerir Próximos Passos

Próximos Passos e Oportunidades:

Parecer Jurídico

Diante dos documentos apresentados, verificamos que se trata de um caso de apelação cível envolvendo uma ação declaratória de nulidade contratual cumulada com reparação de danos materiais e morais, relacionada a um empréstimo consignado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu decisão negando provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a sentença de improcedência em relação ao dano moral e extinção sem mérito em relação à declaração de nulidade do contrato. Foi destacado que as partes retornaram ao status quo ante praticamente um ano antes da distribuição do feito, o que evidencia a ausência de interesse de agir em relação ao pedido de nulidade do contrato.

Quanto aos danos morais, o Tribunal entendeu que não houve comprovação de ofensa à honra, dignidade ou imagem da parte autora, não sendo cabível a condenação por esse tipo de dano.

Diante do exposto, consideramos que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo está fundamentada no ordenamento jurídico vigente e nos princípios do direito civil, não havendo elementos que justifiquem a reforma da sentença.

Sendo assim, recomendamos que o cliente avalie a possibilidade de acatar a decisão do Tribunal ou, caso deseje, buscar outras instâncias recursais para eventual revisão do caso.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos e para auxiliar em novas medidas que possam ser adotadas no processo.

Atenciosamente, [Seu Nome] Advogado Consultor

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

🏛️ Análise do Caso: caso_d88d7a76

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso_d88d7a76'...

Chat

Resumo

Análise Estratégica

FIRAC

Gerar Petição

Pesquisa Ementas

🛡️ Estratégia de Defesa (Método FIRAC)

Gere uma análise jurídica estruturada (Fatos, Questão, Regras, Aplicação, Conclusão).

Esta análise deve ser revisada criticamente por um profissional.

Gerar Análise FIRAC Completa

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

ChatResumoAnálise EstratégicaFIRACGerar PetiçãoPesquisa Ementas

Estratégia de Defesa (Método FIRAC)

Gere uma análise jurídica estruturada (Fatos, Questão, Regras, Aplicação, Conclusão).

Esta análise deve ser revisada criticamente por um profissional.

✅ Análise FIRAC já foi gerada para este caso e está carregada.

Fatos (Facts)

- Negativa de danos morais à parte autora nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado.
- Restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante.
- Decisões baseadas no Código de Defesa do Consumidor e no entendimento de que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem indenização por danos morais.
- Condenação por danos morais em um dos casos, mas falta de comprovação de interesse de agir em relação à declaração de nulidade do contrato.
- Possibilidade de multa pela oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil.

Questão (Issue)

- Qual o entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

ChatResumoAnálise EstratégicaFIRACGerar PetiçãoPesquisa Ementas

Questão (Issue)

- Qual o entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado?
- Qual a importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de empréstimo consignado?
- Como o Código de Defesa do Consumidor influencia nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado?
- Qual a fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado?
- Quais as consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil?

Regras (Rule)

- Código de Defesa do Consumidor
- Código de Processo Civil
- Jurisprudência dos tribunais em casos de contratos de empréstimo consignado

Aplicação (Application)

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Aplicação (Application)

- O entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado está baseado na falta de comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização por danos morais. Portanto, a parte autora geralmente não é beneficiada nesse aspecto.
- A restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são fundamentais em casos de contratos de empréstimo consignado, visando restabelecer a situação anterior à ocorrência do erro ou abuso por parte da instituição financeira.
- O Código de Defesa do Consumidor influencia nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado ao garantir a proteção dos direitos dos consumidores e estabelecer regras para as relações de consumo, como a restituição de valores indevidos e a proibição de práticas abusivas.
- A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado está relacionada à comprovação de lesão aos direitos de personalidade do consumidor, bem como à análise da conduta da instituição financeira e da gravidade do dano causado.
- As consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil, podem incluir a aplicação de multa e a rejeição dos embargos, prejudicando a parte que os apresentou de forma inadequada. É importante seguir as regras processuais para evitar sanções e garantir a eficácia dos recursos utilizados no processo.

Conclusão (Conclusion)

Com base nas respostas fornecidas, é possível concluir que os tribunais tendem a negar danos morais nos casos de contratos de empréstimo

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

proibição de práticas abusivas.

- A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado está relacionada à comprovação de lesão aos direitos de personalidade do consumidor, bem como à análise da conduta da instituição financeira e da gravidade do dano causado.
- As consequências da oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil, podem incluir a aplicação de multa e a rejeição dos embargos, prejudicando a parte que os apresentou de forma inadequada. É importante seguir as regras processuais para evitar sanções e garantir a eficácia dos recursos utilizados no processo.

Conclusão (Conclusion)

Com base nas respostas fornecidas, é possível concluir que os tribunais tendem a negar danos morais nos casos de contratos de empréstimo consignado devido à falta de comprovação de lesão aos direitos de personalidade. No entanto, a restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são fundamentais para garantir a justiça nessas situações.

Diante disso, uma estratégia inicial para casos envolvendo contratos de empréstimo consignado seria focar na comprovação da lesão aos direitos de personalidade do consumidor, buscando evidências que demonstrem o prejuízo causado pela conduta da instituição financeira. Além disso, é importante seguir rigorosamente as regras processuais, evitando a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais para não prejudicar a própria parte. O apoio do Código de Defesa do Consumidor também pode ser utilizado como base para reforçar os argumentos em defesa dos direitos do consumidor.

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

ChatResumoAnálise EstratégicaFIRACGerar PetiçãoPesquisa Ementas

Gerar Rascunho de Petição Inicial

Lembre-se: Este é um rascunho e DEVE ser minuciosamente revisado.

1. Selecione as Partes Principais

Autor (Cliente Cadastrado)*

Antônio Carlos Lima

Advogado Responsável*

Ednaldo das Quantas

Réu:

Nome Completo do Réu/Empresa*

C6

CPF/CNPJ do Réu*

34.987.123/0023-09

Endereço do Réu (se conhecido)

Rua Barbosa da Cunha, 631

Juízo:

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Rascunho da Petição Inicial Gerado:

Edite e copie o texto abaixo:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1 VARA CÍVEL DA COMARCA DE Campinas - SP

Autos nº: (espaço para o número do processo, se houver distribuição prévia)

com endereço eletrônico lima@cliente.com.br, por seu advogado infra-assinado (procuração anexa - Doc. 01), com escritório profissional situado à R. das Rosas, 123 - Bairro Guanabara, Campinas - SP, endereço eletrônico quantas@advocacia.com.br, onde recebe intimações e notificações, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos - Art. 6º, V do Código de Defesa do Consumidor

- Art. 39, I do Código de Defesa do Consumidor

- Art. 373, I do Código de Processo Civil

- Súmula 603 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), propor a presente

AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE DEBITADOS EM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

em face de C6, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº 34.987.123/0023-09, residente e domiciliado(a) em Rua Barbosa da Cunha, 631, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA (Opcional - Se Aplicável)

II - DOS FATOS

1. Trata-se de casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado, nos quais a parte autora pleiteou a condenação por danos morais.

2. Em um dos casos, foi negada a indenização por danos morais à parte autora, com base no entendimento de que não houve lesão à

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Rascunho da Petição Inicial Gerado:

Edite e copie o texto abaixo:

por danos morais.

2. Em um dos casos, foi negada a indenização por danos morais à parte autora, com base no entendimento de que não houve lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justificassem tal reparação. A decisão foi fundamentada no Código de Defesa do Consumidor.

3. No entanto, foi determinada a restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante, visando restabelecer a situação anterior à celebração do contrato de empréstimo consignado.

4. Em outro caso, houve condenação por danos morais, porém não foi comprovado o interesse de agir em relação à declaração de nulidade do contrato.

5. Além disso, foi observada a possibilidade de aplicação de multa pela oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais, conforme previsto no Código de Processo Civil.

Diante do exposto, requer-se a análise dos fatos apresentados e a devida aplicação da legislação pertinente aos casos em questão.

III - DO DIREITO

III - DO DIREITO

1. Do entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado

Conforme a jurisprudência dos tribunais, a negativa de danos morais nos casos de contratos de empréstimo consignado está fundamentada na falta de comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização por danos morais. Nesse sentido, a parte autora geralmente não é beneficiada nesse aspecto, uma vez que é necessário demonstrar de forma clara e objetiva a ocorrência de danos morais para que haja a condenação da instituição financeira.

2. Da importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Rascunho da Petição Inicial Gerado:

Edite e copie o texto abaixo:

III - DO DIREITO

1. Do entendimento dos tribunais em relação à negativa de danos morais nos casos de apelação cível envolvendo contratos de empréstimo consignado

Conforme a jurisprudência dos tribunais, a negativa de danos morais nos casos de contratos de empréstimo consignado está fundamentada na falta de comprovação de lesão à honra, imagem ou direitos de personalidade que justifiquem a indenização por danos morais. Nesse sentido, a parte autora geralmente não é beneficiada nesse aspecto, uma vez que é necessário demonstrar de forma clara e objetiva a ocorrência de danos morais para que haja a condenação da instituição financeira.

2. Da importância da restituição dos valores indevidamente debitados e retorno ao status quo ante em casos de contratos de empréstimo consignado

A restituição dos valores indevidamente debitados e o retorno ao status quo ante são medidas essenciais em casos de contratos de empréstimo consignado, visando restabelecer a situação anterior à ocorrência do erro ou abuso por parte da instituição financeira. O Código de Defesa do Consumidor prevê a restituição de valores pagos indevidamente, garantindo assim a proteção dos direitos dos consumidores e a reparação dos prejuízos causados.

3. Da influência do Código de Defesa do Consumidor nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado

O Código de Defesa do Consumidor exerce grande influência nas decisões judiciais envolvendo contratos de empréstimo consignado, uma vez que estabelece regras claras para as relações de consumo e garante a proteção dos direitos dos consumidores. Dentre essas regras, destaca-se a proibição de práticas abusivas por parte das instituições financeiras, bem como a obrigatoriedade da restituição de valores indevidos, o que contribui para a equidade nas relações contratuais.

4. Da fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo consignado

A fundamentação utilizada pelos tribunais para condenar ou não por danos morais em casos envolvendo contratos de empréstimo

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA (Opcional - Se Aplicável)

V - DOS PEDIDOS

VI - DAS PROVAS

VII - DO VALOR DA CAUSA

Nesses Termos,

Campinas, 14 de July de 2025.

Baixar Rascunho (.txt)

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso_d88d7a76'...

ChatResumoAnálise EstratégicaFIRACGerar PetiçãoPesquisa Ementas

Pesquisa de Ementas por Similaridade

Encontre jurisprudência relevante em sua base de conhecimento de ementas através de busca por similaridade semântica.

Gerenciar Base de Conhecimento de Ementas

Realizar Pesquisa por Similaridade na Base de Ementas

Sua Base de Conhecimento contém 49 trecho(s) de ementas indexado(s).

Fonte do texto da pesquisa:

Digitar/Colar Texto

Usar Resumo do Caso Ativo

streamlit app

Análise de Caso

Caso Ativo: caso_d88d7a76

Use as opções abaixo para adicionar novos dados a este caso.

Ingestão de Dados

Informações de texto

Documentos PDF

Imagens (com texto)

Buscar Ementas Similares

Resultados da Pesquisa (3 encontrados):

1. Origem: 26-8222.txt

APELAÇÃO CÍVEL. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com reparação de danos materiais e morais. Empréstimo consignado. Perícia comprovou falsidade nas assinaturas. Sentença de procedência, reconheceu nulidade contratual e determinou devolução dobrada das quantias cobradas, com a compensação dos valores depositados em favor do consumidor, arbitrando os danos morais em R\$5.000,00. APELO DE AMBAS AS PARTES. Réu pleiteia o afastamento da indenização por danos morais. Subsidiariamente, pugnou pela minoração da quantia arbitrada. 1. Contratação não reconhecida. Falsidade na assinatura reconhecida por perícia. Ausência de regularidade da contratação. Nulidade do contrato. 2. Devolução simples das cobranças indevidas. Conduta que não viola a boa-fé objetiva. Permitida a compensação com valores destinados ao contrato anterior. 3. Correção e juros desde evento danoso. Ilícito extracontratual. 4. Danos morais. Condenação afastada. Situação que configura mero aborrecimento. Ausência de prejuízo de ordem moral. Ação parcialmente procedente. Recurso do banco parcialmente provido. Recurso da autora pela majoração restou prejudicado em parte quanto à majoração dos danos morais e desprovido quanto à devolução em dobro. SENTENÇA REFORMADA.

(TJSP; Apelação Cível 1000933-03.2022.8.26.0222; Relator (a): Ricardo Pereira Junior; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau - Turma V (Direito Privado 2); Foro de Guariba - 2ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 10/06/2025; Data de Registro: 10/06/2025

Adicionar Ementa 1 ao Caso Atual

2. Origem: 0464.txt

Áudios

Vídeos

Base de Conhecimento (KB) Global

Carregando Motor IA (Versão: v1.5) para o Caso: 'caso_d88d7a76'...

Chat Resumo Análise Estratégica FIRAC Gerar Petição Pesquisa Ementas

Chat com Documentos do Caso

Faça perguntas sobre os documentos do caso, da Base de Conhecimento, ou ambos.

Selecione o escopo da busca:

Sua pergunta:

Enviar Pergunta